

Moraes nega devolução de celular a padre indiciado pela PF tentativa de golpe

O aparelho está em posse da Polícia Federal (PF) desde fevereiro, quando o padre José Eduardo de Oliveira e Silva, de Osasco (SP), foi um dos alvos da Operação Tempus Veritatis

Estadão Conteúdo

23/11/2024 11h17 • Atualizado 10 horas atrás



Padre José Eduardo de Oliveira e Silva (Foto: Reprodução/Instagram)

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido da defesa do padre José Eduardo de Oliveira e Silva para que seu celular fosse devolvido.

O aparelho está em posse da Polícia Federal (PF) desde fevereiro, quando o sacerdote foi um dos alvos da Operação Tempus Veritatis. Ele [figura na lista dos 37 indiciados pela PF por suspeita de tram](#)

[um suposto golpe de Estado que pretendia manter o ex-presidente Jair Bolsonaro \(PL\) no poder](#).

Em sua decisão, o magistrado negou o pedido da defesa do pároco de Osasco, na Grande São Paulo, porque as investigações “ainda se encontra em regular andamento, razão pela qual o pleito de restituição dos bens apreendidos não merece êxito, eis que ainda interessam à completa elucidação dos fatos investigados”.

Continua depois da publicidade

PUBLICIDADE

Novo Peugeot 2008

Peugeot - Sponsored

Veja mais

A defesa argumentou que a apreensão do aparelho violaria o sigilo sacerdotal de Oliveira. Essa foi a mesma justificativa usada por ele quando se recusou a entregar a senha do celular à PF. Na ocasião, o padre afirmou que no aparelho estaria “os dramas mais profundos de fiéis”.

Leia também



STM frustrou dezenas de pedidos para prender Moraes após derrota de Bolsonaro

Superior Tribunal Militar (STM) não tem competência para julgar ministros do STF, mas apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) vêm buscando, sem sucesso, “driblar” o impedimento

O ministro, então, disse que o clérigo é investigado por integrar grupo criminoso que almejava desacreditar o processo eleitoral, planejar e executar golpe de Estado e abolir o Estado Democrático de Direito. “Logo, não há qualquer indício de que o investigado esteja tendo limitação ou desrespeito à sua liberdade religiosa, mas sim que possa ter praticado diversas condutas criminosas em situações alheias ao seu ofício sacerdotal.”

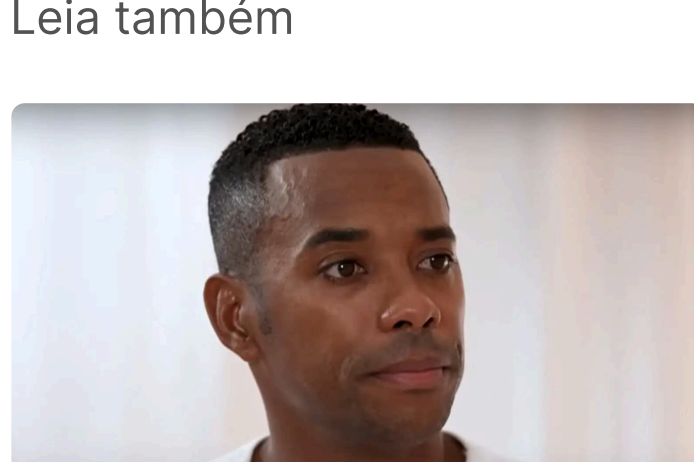
A apuração da PF apontou que ele participou de uma reunião em 19 de novembro de 2022 no Palácio do Planalto, ocasião em que a minuta golpista teria sido discutida. Segundo Moraes, o religioso fazia parte do núcleo jurídico do planejamento golpista.

Continua depois da publicidade

De acordo com a decisão do ministro na época, Oliveira atuaria “no assessoramento e na elaboração de minutas de decretos com fundamentação jurídica e doutrinária que atendessem aos interesses golpistas do grupo investigado”.

Também fariam parte deste núcleo o ex-assessor especial de Assuntos Internacionais da Presidência, Filipe Martins, o advogado Amauri Feres Saad, o ex-ministro da Justiça Anderson Torres, e o tenente-coronel Mauro Cid, o delator do esquema e ex-ajudante de ordens de Bolsonaro.

Leia também



STF forma maioria para manter prisão de Robinho

Ele foi condenado a 9 anos de prisão por estupro pela Justiça italiana

Após o resultado do primeiro turno das eleições presidenciais, em que Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avançaram para a segunda etapa, Oliveira postou uma foto de um altar revestido com uma bandeira do Brasil, apoiando uma imagem de Nossa Senhora. Na legenda, escreveu: “Uns confiam em carros, outros em cavalos. Nós, porém, confiamos no Senhor e, assim, resistiremos.”

Continua depois da publicidade

Quando da operação de fevereiro, o sacerdote afirmou, em nota, que, em relação ao inquérito da PF, sua posição sobre o assunto é “clara” e “inequívoca”, e diz estar à disposição da Justiça.

“A República é laica e regida pelos preceitos constitucionais, que devem ser respeitados. Romper com a ordem estabelecida seria profundamente contrário aos meus princípios. Abaixo de Deus, em nosso país, está a Constituição Federal. Portanto, não cooperei nem endosseï com qualquer ato disruptivo da Constituição. Como professor de teologia moral, sempre ensinei que a lei positiva deve ser obedecida pelos fiéis, dentre as quais humildemente me incluo”, escreveu.

Também em nota, a Diocese de Osasco afirmou que recebeu a notícia sobre as investigações e buscas da PF à casa do padre por meio das mídias sociais. “A Diocese se colocará sempre ao lado da Justiça, colaborando com as autoridades na elucidação do caso.”

ACESSO GRATUITO

CARTEIRA DE BONDS

InfoMoney

XP libera gratuitamente a carteira de Renda Fixa Internacional

São 5 títulos para você investir em uma moeda forte.

Qualquer pessoa pode ter acesso, basta abrir a sua conta gratuita

QUERO MINHA CARTEIRA →

Tópicos relacionados

- [Política](#) ↗ [Alexandre de Moraes](#) ↗ [Golpe](#) ↗ [Golpe de Estado](#) ↗
- [Hard News](#) ↗ [Igreja Católica](#) ↗ [Jair Bolsonaro](#) ↗ [Poder Judiciário](#) ↗
- [Polícia Federal](#) ↗ [STF](#) ↗ [Suprema Corte](#) ↗
- [Supremo Tribunal Federal](#) ↗

Estadão Conteúdo

PUBLICIDADE

Novo Peugeot 2008

Peugeot - Sponsored

Veja mais

- InfoMoney
- Últimas Notícias
- Mercados
- Finanças Pessoais
- Investimentos
- Política
- Economia
- Trader
- Colunistas
- Business

- Aprenda
- Guias
- Cursos
- Perfis
- Ebooks
- Planilhas

- Multimídia
- WhatsApp
- Vídeos
- Podcasts
- Web Stories

- Veja mais
- Fazer login
- Quem somos
- Mídia Kit
- Tabela de preços InfoMoney
- Política de privacidade
- Política de cookies
- Preferências de Cookies
- Fale conosco